

FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

BRUNA SERJO SOUSA PACHECO

**A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Serra
2017

BRUNA SERJO SOUSA PACHECO

**A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Faculdade Doctum de
Pedagogia da Serra como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vasti Gonçalves
de Paula Correia

Serra
2017

BRUNA SERJO SOUSA PACHECO

**A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Artigo Científico apresentado à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em 05 de julho de 2017 pela banca composta pelos professores:

Vasti Gonçalves de Paula
ORIENTADORA

Karla Veruska Azevedo
EXAMINADORA

Maria das Dores Santos Silva
EXAMINADORA

A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES ¹

PACHECO, Bruna Serjo Sousa ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo observar e analisar as possibilidades e desafios da inclusão de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil; identificar no contexto da educação infantil as práticas pedagógicas desenvolvidas para o sujeito com Síndrome de Down; verificar como são pensados e organizados os planejamentos pedagógicos para a turma na qual está matriculada uma criança com SD e conhecer como acontece processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso em um CMEI da rede pública de ensino do município de Serra. O foco da pesquisa é uma criança com Síndrome de Down do Grupo IV, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a professora regente, a pedagoga do turno e a estagiária que acompanha a criança. Os instrumentos etnográficos de coleta de dados foram à observação do cotidiano escolar, com registro em diário de campo. Como aporte teórico utilizamos Vygotsky (2001 e 2006) e seus interlocutores. Dentre os resultados encontrados destacamos que é necessário um olhar mais atento e diferenciado por parte dos profissionais da educação a esses alunos garantindo assim, uma educação de qualidade e procedimentos de ensino adequados aos portadores de síndrome de down.

Palavras-chave: Síndrome de Down; educação infantil; deficiência intelectual.

INTRODUÇÃO

Ao saber que teríamos uma disciplina para iniciar os primeiros passos para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), fiquei bastante

1 O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia e foi produzido como requisito parcial para obtenção do título de Plena em Pedagogia.

2 Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Doctum de Serra turma 2017/1. E-mail da autora: brunaserjo86@gmail.com

ansiosa, pois teria que pensar em qual assunto abordar. Isso gerou dúvidas, como, o que trabalhar, porque trabalhar e o que escrever.

Para tentar minimizar a ansiedade fui buscar maiores informações sobre o TCC, e ao conversar com os professores, amigos ligados à área da educação, eles me indicaram algumas leituras, mostraram algumas possibilidades de assuntos a abordar. Todas essas informações serviram como mola propulsora para chegar à temática, Síndrome de Down.

Existe uma carência na formação dos professores regente de sala para falar mais do sujeito com Síndrome de Down da educação infantil, porque quando existe uma criança com Síndrome de Down na escola ainda existem muitas dúvidas de como se trabalhar com esse aluno.

Então não existe uma formação, necessária o suficiente para que esse professor possa trabalhar com esse aluno, quando falamos de trabalho específico com o aluno com SD, devemos tomar cuidado para haver um entendimento equivocado de que tem que ser tudo diferente e separado. O específico consiste na consideração das peculiaridades nos modos de aprender. Ao esse específico não é de conteúdo, objetivos, etc. e sim de metodologias, formas de intervir, etc. Para que esses professores tenham algo que os direcione, de modo que ele possa elaborar um plano de aula específico para esse aluno.

Porque o sujeito com deficiência ele não é mais um aluno, ele faz parte daquele movimento ou processo escolar ele precisa ser incluído de fato na sala de aula e se ainda tiver dúvidas de como trabalhar com esse aluno, ele não vai fazer parte de forma completa do processo inclusivo, ele só vai ser mais um aluno integrado na escola e a intenção da educação especial hoje não é integrar e sim incluir.

Com isso, resolvi pesquisar crianças que apresentam a Síndrome de Down, no contexto da educação infantil, pois é a modalidade da educação que me identifico.

A matrícula de crianças com deficiência na escola regular é assegurada pelas legislações brasileiras. Assim, já não se questiona como antes o acesso desse público ao contexto escolar no qual todos devem estar. Apesar desse acesso, sabe-se que a permanência na escola desses sujeitos, com qualidade na aprendizagem, ainda é um ponto de fragilidade no processo de inclusão escolar. A baixa expectativa e as barreiras atitudinais em relação à aprendizagem e o desenvolvimento escolar das crianças com deficiência permanecem como uma das maiores barreiras na escola, fazendo com que as barreiras pedagógicas se interponham no processo de inclusão.

Nesse contexto de problematização é que fazemos a seguinte pergunta: **Quais são as possibilidades e os desafios da inclusão de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil?**

Temos como objetivos observar e analisar as possibilidades e desafios da inclusão de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil; identificar no contexto da educação infantil as práticas pedagógicas desenvolvidas para o sujeito com Síndrome de Down; verificar como são pensados e organizados os planejamentos pedagógicos para a turma na qual está matriculada uma criança com SD. E conhecer como acontece processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil.

Para tanto, desenvolvemos o presente trabalho em seis capítulos, além da introdução, considerações finais e referências, distribuídos da seguinte maneira: primeiro trazemos a Síndrome de Down, onde destacamos suas principais características, peculiaridades e particularidades. Depois, uma breve revisão de literatura, mostrando os principais estudos acerca do tema. Já no terceiro capítulo, um breve histórico sobre a educação infantil. No quarto, falamos sobre o contexto da educação especial, a legislação que sustenta os sujeitos público alvo da educação especial no contexto escolar e no quinto, as considerações metodológicas para a realização desse estudo. Já o sexto capítulo, deixamos para a descrição e compreensão dos dados obtidos durante a pesquisa. Por fim, apresentaremos as considerações finais e referências.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Tentando alinhar um pensamento com embasamento teórico, metodológico e científico em estudos já realizados, tendo como foco o sujeito com Síndrome de Down no contexto comum de ensino da educação infantil, visitamos alguns estudos no banco da Capes e no Banco de Pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES (PPGE-UFES).

Para tanto, trouxemos para nosso conhecimento, os trabalhos que mais se aproximam da nossa temática.

O primeiro deles é uma dissertação de mestrado concluída na Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolvida por Dias (2015). Esse estudo faz levantamento de dados para conhecermos e compreendermos o processo de inclusão de um bebê com Síndrome de Down no Centro de Educação Infantil CEI – Criarte – UFES.

O autor, na elaboração desse estudo, assumiu o cenário do estudo de caso com enfoque descritivo numa perspectiva histórico-cultural, dialogando essencialmente com Vygotsky e seus interlocutores, que entendem o ser humano como um ser que, independente de características físicas, mentais ou sensoriais, produz conhecimento e cultura ao mesmo tempo em que se apropria da cultura e do conhecimento dos outros sujeitos de seu grupo social.

Dentre os resultados do estudo, destacamos que quando a escola de educação infantil e seus profissionais entendem que o sujeito com ou sem deficiência é sujeito produtor de história e cultura, tendem a trabalhar no sentido de que esse sujeito pode e deve fazer parte de todo o cotidiano como membro ativo do processo de ensino-aprendizagem.

Já Campos (2012), em sua tese de Doutorado em Educação realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, teve como objetivo analisar a concepção de uma professora sobre o processo ensino aprendizagem de uma criança com Síndrome de Down incluída em uma classe comum de Educação Infantil. Também foi objeto de estudo a busca, junto à referida professora, de procedimentos favoráveis ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da

aluna. A autora problematiza que ainda existe despreparo dos professores para incluir um aluno com Síndrome de Down na sala de aula comum.

A pesquisa envolveu uma escola regular da rede privada do município de Campina Grande/PB, tendo como sujeitos focais uma menina com Síndrome de Down, e sua professora. Para obtenção de informações iniciais sobre a criança e a proposta pedagógica da escola para ela, foram feitas entrevistas com sua mãe e a coordenadora/diretora.

Os dados obtidos pela autora mostraram as dificuldades de implementação das políticas públicas de inclusão no âmbito do sistema educacional, em geral, e especificamente no caso da escola pesquisada. Concluiu que existe um despreparo dos professores em lidar com alunos com deficiência, ausência de conhecimento por parte de professores sobre flexibilização de estratégias de ensino-aprendizagem e de organização escolar que não levam em conta a diversidade do alunado. Essa pesquisa também revelou que o ensino para esses alunos acontecia de modo tradicional, o que dificultava o desenvolvimento de um trabalho pedagógico numa perspectiva sócia histórica.

Brito (2011), em sua pesquisa de doutorado, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, teve como objetivo focalizar a recepção da criança com deficiência intelectual ao texto literário, a partir da observação de uma vivência literária num contexto literário inclusivo evidenciando as possibilidades que se apresentam na sua construção como leitora/ouvinte de literatura.

A pesquisa foi realizada em uma escola de educação infantil na qual se encontrava matriculada a referida criança, cuja deficiência intelectual está associada à Síndrome de Down.

Os dados obtidos na pesquisa dão indícios de que, sob a realização de uma ação mediadora, a criança com deficiência intelectual pode se constituir como uma leitora/ouvinte de literatura, desenvolvendo uma escuta sensível, seletiva e atenta ao texto literário. Salienta, também, a importância de se atentar para condições que garantam um clima favorável à escuta de histórias

nas salas de aula da educação infantil, como o cuidado com a seleção e a prosódia da história, o contrato didático, a atenção às reações individuais, dentre outras que ampliam as possibilidades de que qualquer criança - deficiente ou não - se experimente como leitora/ouvinte de literatura, usufruindo de sua riqueza e magia.

Portanto, diante de todas as pesquisas apontadas nesse trabalho, podemos começar a tomar por base o fato de que muito daquilo que é vivenciado na escola comum hoje, que acaba desconsiderando os sujeitos da educação especial como realmente sujeitos que produzem cultura, conhecimento e história, corresponsáveis por sua formação, o que pode (e deve) acontecer tanto sobre as práticas pedagógicas quanto sobre a pesquisa, no sentido de potencializar tais sujeitos, pode-se redefinir se levarmos em consideração aquilo que os estudos apontados vêm mostrando (DIAS, 2015, p. 31).

2 CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Esse tópico tem o objetivo de apresentar a caracterização das crianças com Síndrome de Down. Após essas breves apresentações será possível ter uma visão mais ampla das particularidades e peculiaridades dessa síndrome que ainda gera muitas dificuldades no contexto da escola.

Pode se dizer em linhas gerais, segundo Dias (2015) e Drago (2013) que a Síndrome de Down pode ser caracterizada como uma alteração genética numérica. Sabe-se que existem 46 cromossomos nas células humanas, divididas em 23 pares, entretanto no sujeito com a Síndrome existem 47 cromossomos divididos em 23 pares, ficando esse cromossomo extra está ligado ao par 21.

Associada à Síndrome de Down ressaltam-se as características físicas: cabeça grande, pés achatados, mãos pequenas, obesidade, nariz pequeno, hipotonia muscular, descamação da pele, estrabismo, catarata, pescoço curto, problemas cardiovasculares, dentre uma série de outras especificidades.

Os sujeitos com Síndrome de Down têm como característica principal a deficiência intelectual, levando em consideração o que diz Dias (2015) mostrando assim a complexidade e a importância de sua educação, mas não quer dizer que seu processo educativo seja impossível.

De acordo com Vygotsky (2006, p. 103),

As possibilidades de desenvolvimento das funções mentais e da inteligência relacionam-se ao interacionismo e à estimulação das potencialidades dos sujeitos. Assim, as formas de desenvolvimento podem variar de acordo com a cultura, as particularidades dos sujeitos e a interação entre dois fatores.

Nesta linha de raciocínio existe a necessidade de se conhecer estas características, para que tais indivíduos não sejam vistos somente em seus aspectos biológicos, mas como sujeitos cognoscentes, já que a Síndrome de Down é a principal causa de deficiência intelectual cromossomicamente comprovada.

Nesse sentido, importa muito mais trabalhar pedagogicamente com as possibilidades desses sujeitos do que ressaltar suas dificuldades causadas pela deficiência intelectual. A deficiência, assim, deixa de ocupar o lugar de centralidade nos processos de ensino e aprendizagem. Vygotsky destaca que é preciso realizar um bom trabalho pedagógico, sempre numa visão prospectiva do desenvolvimento, para além da deficiência primária. Só assim, não corremos o risco de produzir outras “deficiências” ou uma deficiência secundária, que nada mais é do que aquela produzida por nossas baixas expectativas sobre os sujeitos com deficiência, e assim não investirmos pedagogicamente neles.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL

No Brasil, a ideia de infância, de acordo com autores como Rizzini (1997), Del Priore (1992), dentre outros, passou por várias etapas a partir da chegada dos colonizadores portugueses. Conforme relata Rizzini (1997, p. 49), “[...] a história da criança aparece em estudos de diversos outros temas

relacionados, tais como a história da assistência aos pobres, da saúde pública, nos estudos sobre famílias, só para citar alguns”.

Isto demonstra, segundo Drago (2011) que o estudo da infância sempre esteve atrelado a outros estudos, sendo que a infância aparecia como coadjuvante e nunca como tema central.

Com o passar do tempo outros movimentos foram sendo criados. Nos estudos sobre a história da educação no Brasil vemos esse movimento desde as primeiras salas de aula até as leis que regem a educação, ou seja, desde a educação do império, passando pela educação no período republicano, pela promulgação da Lei 4.024/61; 5692/71, dentre outras, até chegar à Lei 9.394/96.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 em seu capítulo II, seção II, “[...] a educação infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, 1996). No que se refere à Constituição Federal de 1988, o artigo 208, inciso IV, diz que, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

Com isso, a Constituição toma a Educação Infantil como um direito da criança, o que obriga o Estado a criar novas políticas públicas para assegurar a esses sujeitos, o seu direito, que é o de ir e permanecer por tempo determinado na escola, pois de acordo com Facci (2006) “[...] é na primeira infância que se encontra a raiz para o desenvolvimento dos processos que podem dar lugar, mas tarde, à formação de conceitos”.

Na LDB/96 aparecem os níveis e modalidades de ensino. São considerados níveis de ensino: a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior. Em relação às modalidades temos: educação profissional, educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, etc.

A educação especial, que será tratada no próximo item, é a única modalidade que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, como destaca Drago (2011).

Em suma, entende-se que, para que esta criança tenha uma “educação para além da educação”, ou seja, uma educação que possa contribuir de modo a garantir seu processo de ensino e aprendizagem é necessário que pensemos no meio em que ela está convivendo, e quanto mais diversificada for o meio sociocultural, maiores são as possibilidades de conhecimento, de desenvolvimento desse sujeito na educação infantil.

4 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com pesquisas desenvolvidas por Mazzotta (2001) a história da educação especial no mundo tem início histórico em 1620 quando há a publicação na França de um livro que tinha como objetivo ensinar os mudos a falar (já que se acreditava que eles não falavam e deveriam falar, hoje já se sabe que eles não falam por que não ouvem, ou seja, não são mudos, são surdos). O autor faz uma exposição do desenvolvimento da educação das pessoas com deficiência no contexto mundial mostrando a evolução e os avanços na educação de surdos, cegos, deficientes físicos e deficientes mentais.

No Brasil, de acordo com o autor citado, as primeiras ações para o trabalho educacional com as pessoas com deficiência surgem por meio da iniciativa do imperador D. Pedro II que cria em 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant) e em 1857 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos). Importante destacar que as duas instituições ainda estão em funcionamento e ambas estão localizadas no rio de Janeiro.

Essas duas iniciativas contribuíram para que a educação especial partisse dos cegos, para os surdos e depois para as pessoas com deficiência física e intelectual.

Com o passar dos anos, o Brasil começa a criar Leis que organizam a educação. No início, a educação especial quase não aparecia, como destaca o autor. Somente em 1996 na Lei n. 9394, é que a educação especial aparece com mais ênfase. Nessa Lei é dedicado um capítulo inteiro à educação especial (capítulo V).

O capítulo V da LDB que trata da educação especial, dentre outras determinações, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

§ 3º A oferta de educação especial, [...] tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com Necessidades Especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior; [...], diz que (BRASIL, 1996):

A educação especial é responsável pelo atendimento educacional especializado às pessoas que compõem o público-alvo da educação especial. De acordo com a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008, esse público é composto pelas pessoas com deficiência (visual, auditiva, física intelectual e múltipla), transtornos globais do desenvolvimento (autismo, síndrome de Rett, etc) e altas habilidades/superdotação.

A educação especial, de acordo com Drago (2011), durante muito tempo foi responsável pelo atendimento às pessoas com deficiência em locais separados das escolas, ou mesmo nas escolas, só que em salas especiais. Assim, as pessoas com deficiência ficavam excluídas do convívio com as pessoas sem deficiência. Com o passar do tempo e com o avanço da legislação, com a mudança de cultura das pessoas, as escolas e a sociedade

têm se modificado. Com isso, atualmente temos vivido um momento onde a educação especial tem assumido a característica de educação inclusiva.

Ainda de acordo com Drago (2011, p. 77), “a inclusão [...] pressupõe [...] o reconhecimento de todas as diferenças que culminariam com um novo modo de organização do sistema educacional que vai muito além da mera escola em si”. Para esse autor, a educação inclusiva parte do princípio de que todas as pessoas são capazes de aprender e é frequentando as escolas comuns que as pessoas têm acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, a educação inclusiva parte da ideia de que todas as pessoas podem e devem frequentar os mesmos espaços, terem acesso aos mesmos conteúdos e participarem da vida comum. O autor destaca que para isso são necessários recursos específicos, como por exemplo, Braille, Libras, métodos diferenciados de ensino, dentre outras coisas que podem fazer com que as pessoas com deficiência aprendam e se desenvolvam.

5 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste tópico apresentamos os caminhos metodológicos seguidos para realizar este trabalho. O estudo é de natureza qualitativa do tipo estudo de caso. Conforme aponta Freitas (2002, p. 26),

Os estudos qualitativos com o olhar da perspectiva sócio histórica, ao valorizarem os aspectos descritivos e as percepções pessoais, devem focalizar o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto.

Realizamos, assim, um estudo de caso, do tipo etnográfico, por entender que desta forma poderíamos estar em contato direto com o sujeito de pesquisa e assim, conhecer suas características, particularidades e peculiares.

A pesquisa foi realizada no CMEI Maria Hilda Aleixo, município de Serra. O sujeito, foco da pesquisa, é uma criança com Síndrome de Down, devidamente matriculada no Grupo IV.

Utilizamos como procedimentos para a coleta dos dados a observação do cotidiano escolar do sujeito foco da pesquisa, com registro em diário de campo. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a professora regente, a pedagoga do turno que a criança está matriculada e a estagiária que acompanha a criança e conversas informais com as profissionais que atuam indiretamente com o sujeito de pesquisa. Realizamos ao longo da investigação registros fotográficos e em vídeos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Meu primeiro momento no contexto da escola pesquisada foi dedicado para observar o sujeito foco da pesquisa, conforme a proposta metodológica escolhida. Assim, observei os momentos de atividades em sala de atividades, no refeitório, no pátio e outros espaços dentro da creche onde a organização pedagógica acontece.

Todas as observações realizadas foram muito ricas em questão de conhecimento das particularidades e peculiaridades relacionadas com a Síndrome de Down e também para a realização da pesquisa com João³, sujeito da pesquisa.

Ressalto que a professora e a estagiária foram muito receptivas e me deixaram bem à vontade para participar de forma ativa de todos os momentos nas atividades, dentre outros. Também fui muito bem recebida por todos os demais profissionais que atuam no CMEI Hilda Maria Aleixo. Com isso, tive liberdade para buscar informações importantes que contribuíssem para o complemento positivo desse trabalho.

Durante minha permanência no CMEI pesquisado, foram realizadas várias conversas informais e no que dizem respeito às entrevistas, estas foram realizadas com os profissionais que lidavam diretamente com a criança foco da pesquisa dentre elas a professora regente de sala, a estagiária e a pedagoga.

As conversas informais serviram para estabelecer um diálogo com todos os sujeitos do ambiente escolar que estavam envolvidos direto ou indiretamente com o sujeito foco da pesquisa. Em suma, tentei levantar dados extras que pudessem ser utilizados no momento apropriado ao longo do texto.

No momento das entrevistas utilizei um roteiro já formulado previamente, mas como foi uma entrevista semiestruturada outras questões surgiram durante o processo.

Os dados coletados por meio das observações e entrevistas seguem organizados em duas categorias que serviram como base para construção deste capítulo, sendo eles: Sobre as possibilidades e desafios da inclusão de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil; sobre o planejamento e a organização do trabalho pedagógico na classe.

a) ***Sobre as possibilidades e desafios da inclusão de uma criança com Síndrome de Down na educação infantil;***

Durante o processo de observação das atividades realizadas na sala de atividades, percebi que João fazia parte daquele contexto no qual era matriculado, ou seja, ele não era mais uma criança com deficiência na sala de atividades, era um sujeito que faz parte daquele contexto porque tem a capacidade de aprender e se desenvolver independente de suas características físicas, motoras, sensórias, dentre outras.

Percebi também, que em todos os momentos, João participava ativamente de todas as atividades propostas pela professora, não ficava deslocado por ser diferente devido a síndrome de Down, as outras crianças o tratavam como uma criança pertencente de fato aquele grupo.

Diante da dessa fala, Para Vygotsky (2001, p. 70),

Na educação, [...], não existe nada de passivo, de inativo. Até as coisas mortas, quando se incorporam ao círculo da educação, quando se lhes atribuiu o papel educativo, adquirem caráter ativo e se tornam participantes ativos desse processo.

A professora de João relatou que planeja suas atividades para todas as crianças em comum, sem fazer uma específica para o menino João. No Cmei

não tem um professor para o atendimento educacional especializado, com isso, nada de diferente é pensando para o João.

Diante disso, afirmamos que os estudos em questão deixam transparecer que é necessário que se busque informações sobre esses sujeitos através de leituras, formações continuadas, dentre outros, pois de acordo com Nóvoa, (1994, p. 56),

A formação contínua pode desempenhar um papel importante na configuração de uma “nova” profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas.

De acordo com a pedagoga, ela considera que a educação infantil é uma etapa da educação básica tão ou mais importante que as outras (anos iniciais, ensino fundamental), pois aqui é a base a 1º etapa, e com relação e em relação à educação especial, “nunca devemos ver a deficiência em primeiro lugar, e sim ver a criança como qualquer outra, e fazer garantir a lei, e ainda, antes de qualquer laudo, temos a criança como ser humano. A mediação tem que ocorrer independente do laudo”.

Diante disso, no que se refere às possibilidades de inclusão de João nessa etapa, percebo que existe a vontade por parte dos profissionais, mas o que falta é um direcionamento para que a inclusão aconteça de fato.

A vontade de incluir esse aluno existe, da parte de alguns professores, mas é necessário, planejamento, foco e formação para conhecer a síndrome, saber como proceder, quais são suas reais necessidades, particularidades e peculiaridades.

Em relação aos desafios, percebi na fala, tanto nas entrevistas quanto nas observações, que esses estão centrados no processo de ensino e aprendizagem, já que João aprende, porém num ritmo mais lento, daí o grande desafio é pensar em atividades que deem conta de fazer com que ele se aproprie do conhecimento.

Diante disso, esse diálogo toma por base o fato de que muito daquilo que é vivenciado na escola comum hoje, que acaba desconsiderando os

sujeitos da educação especial como realmente sujeitos que produzem cultura, conhecimento e história, corresponsáveis por sua formação, o que pode (e deve) incidir tanto sobre as práticas pedagógicas quanto sobre a pesquisa.

b) *Sobre o planejamento e a organização do trabalho pedagógico na classe*

No que tange ao planejamento envolvendo João e a organização das atividades para esse aluno, a estagiária nos dias que ele faz as atividades junto com as crianças da classe, quando não tem atividade ele gosta de brincar, ela evita dar massinha, pois ele coloca na boca. Suas atividades são feitas com tinta ou material picado.

Ainda de acordo com a estagiária, João realiza todas as atividades em grupo e sempre interagindo com as demais crianças. Ele sempre participa de todas as atividades que as outras crianças participam: sala de vídeo, multiuso, sala de artes, todas as apresentações escolares, etc. Geralmente ele fica com brinquedos ao seu redor, mas brinca com as outras crianças.

Em relação a família, em conversa com a professora e estagiária e durante a entrada e saída de João, pude perceber que a família é bem participativa, sempre atenta. A professora tem um bom convívio/interação com o João.

Quanto ao planejamento escolar para o processo de inclusão de João, na realidade, ele não existe, pois nada é pensando para essa criança. Os profissionais envolvidos no processo na educação de João sabem que ele tem síndrome de Down, mas, talvez, por não ter o professor especialista para direcionar, pensar, nortear a professora regente para pensar estratégias para esse aluno, a inclusão dele deixa a desejar.

Por mais que a professora esteja preocupada com o desenvolvimento dele, isso não é fazer inclusão, pois ele precisa de atividades voltadas para sua realidade, por exemplo, diferente disso, está acontecendo a integração, que vai de encontro com tudo que a legislação voltada para o público alvo da educação especial nos diz.

Com isso, segundo Müller e Redin (2007, p. 16),

O que ainda persiste nas escolas de educação infantil é a obsessão pelo papel e lápis, que certamente acompanhará o aluno pelos longos dezoito anos de escolarização, marcando seu olhar, enquadrando sua paisagem, e moldurando sua alma.

Em suma, o que se necessita, hoje, para que seja garantida uma educação de qualidade há esses alunos, é um olhar mais atento e diferenciado, para que os procedimentos de ensino possam ser conduzidos de modo, que o profissional da educação dentro da escola, possa ouvir seus protagonistas no sentido de que nenhum desses sujeitos tenha seu direito à educação negado, ou mesmo negligenciado, por ser diferente e/ou deficiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que deu origem a este artigo de conclusão do curso de Pedagogia contribuiu para que eu pudesse pensar em minha futura profissão. Também possibilitou entender os fundamentos da educação inclusiva a partir dos estudos que tratam da inclusão de sujeitos com síndrome de Down na educação infantil; perceber como vem se dando a inclusão de sujeitos com Síndrome de Down na educação infantil; e entender um pouco sobre a inclusão de estudantes com síndrome de Down na educação infantil. Isso tudo pode fazer com que eu tenha uma melhor atuação em sala de aula quando estiver com algum aluno com deficiência.

Por fim, saliento que o trabalho de pesquisa que resultou nesse artigo contribuiu para que eu, enquanto futura pedagoga, pudesse entender mais acerca do processo de inclusão escolar de alunos da educação especial, refletir sobre aquilo que pretendo realizar em sala de aula no sentido de ser cada vez melhor como profissional da educação e entender que cada aluno possui diferenças entre si e que aquilo que é bom para um aprender pode não ser para outro, ou seja, o fazer pedagógico deve ser planejado para cada aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: Brasília: MEC, 2010.

BRITO, N. **A recepção da criança com deficiência intelectual ao texto literário na educação infantil.** 2011. 185f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CAMPOS, K. P. B. **Isabel na escola:** desafios e perspectivas para a inclusão de uma criança com síndrome de Down numa classe comum. 2012. 185f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DIAS, I. R. **O bebê com síndrome de Down:** um estudo no centro de educação infantil criarte-ufes - Vitória. 2015. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

DRAGO, R. **Inclusão na educação Infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editoria, 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394. Brasília, 1996.

MEC/SEF, 1998. Vol. 1 – Introdução.

ALVES, F. Para entender Síndrome de Down. Rio de Janeiro: Wak Editoria, 2011.

ABSTRACT

The present article aims to observe and analyze the possibilities and challenges of the inclusion of a child with Down Syndrome in early childhood education; To identify, in the context of early childhood education, the pedagogical practices developed for the subject with Down Syndrome; To verify how the pedagogical plans for the group in which a child with DS is enrolled are organized and planned, and to know how a process of inclusion of a child with Down Syndrome in early childhood education happens. For that, a qualitative

research, of the case study type, was carried out in a CMEI of the public school system of the city of Serra. The focus of the research is a child with Down Syndrome Group IV, semi-structured interviews were conducted with the teacher regent, the teacher of the shift and the trainee who accompanies the child. The ethnographic instruments of data collection were to the observation of school daily, with record in field diary. As a theoretical contribution, we use Vygotsky (2001 and 2006) and their interlocutors. Among the results found, it is necessary to have a more attentive and differentiated look on the part of the education professionals to these students, thus guaranteeing a quality education and teaching procedures appropriate to those with Down Syndrome.

Key words: Down syndrome; child education; Intellectual disability.